

# Enfrentar a crise

O presidente Fernando Henrique Cardoso utilizou ontem o horário nobre das emissoras de televisão para, em pronunciamento de cinco minutos e quatro páginas, inaugurar a discussão sobre os tempos de crise. O chefe do governo, de maneira didática, historiou as origens dos atuais problemas, colocou uma ênfase especial no déficit da previdência e anunciou aumento da CPMF, do Cofins, tendo a preocupação em reafirmar que não está propondo a elevação do imposto de renda.

O início da temporada de discussão da crise econômica brasileira e os remédios receitados para a sua superação começaram ontem e terão hoje um segundo momento importante, quando o ministro da Fazenda, Pedro Malan, fará uma exposição aos parlamentares. Mas o objetivo político do conjunto de medidas para superar a crise já foi desenhado pelo presidente da República: pagará mais quem tiver renda maior. Os assalariados deverão ser poupados de grandes esforços.

A crise brasileira revelou-se depois que a Rússia deixou de honrar pagamentos devidos. O temor dos investidores colocou todos os países emergentes na mesma situação. E as contas nacionais, que já apresentavam problemas há algum tempo, passaram a ser vistas no exterior como uma perspectiva de crise. O governo respondeu elevando os juros a uma taxa próxima a 50%. E o medo da recessão, mesclada a desemprego e queda de exportações, permeou o mundo empresarial. Uma persistente deflação agregou mais temor a um cenário cheio de más notícias.

O processo eleitoral fez com que as medi-

das só fossem anunciadas após a escolha de governadores no segundo turno. Novas alianças político-partidárias serão necessárias para que as emendas constitucionais sejam aprovadas num Congresso que, neste momento, está dividido entre vitoriosos e derrotados. Será uma batalha difícil, mas imperiosa. O Brasil precisa retomar o crescimento e afastar, de vez, a perspectiva de recessão.

O presidente da República adotou ontem procedimento didático. Mostrou quadros, números, estatísticas para convencer os espectadores do acerto das medidas que está propondo. Em verdade, o governo dispõe de reduzido número de opções. A questão é que o conjunto de despesas é maior que as receitas. Isso ocorre em todos os níveis, mas acontece de maneira mais pronunciada nos estados e nos municípios. Além do corte de R\$ 8.7 bilhões no Orçamento, as unidades da Federação deverão realizar um esforço especial para conter suas despesas dentro das possibilidades. Não há mais como rolar dívidas e aumentar gastos.

O ano de 1998, na prática, está terminado. Foi o ano em que o Brasil perdeu a final da Copa do Mundo, assistiu a eleições memoráveis e disputadíssimas, como a do Distrito Federal. A partir de agora a agenda da crise será uma constante que vai ultrapassar o Natal, os meses de férias, numa possível convocação extraordinária do Congresso, até que seja restabelecida a confiança dos investidores no mercado nacional. O presidente da República cumpriu bem a sua tarefa. Ele conhece o problema. Os outros agentes da política devem agora fazer a sua parte. Votar as emendas constitucionais.